Direitos Humanos no Brasil - Episódio 5
Resistência contra a violência do agronegócio: 50 anos da Comissão Pastoral da Terra

Transcrição

Música de Abertura

Daniela Stefano: Olá, bom ter você aqui! Eu sou Dani: Stefano e apresento o podcast que celebra os 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.Também comemoramos 25 anos da publicação do livro Direitos Humanos no Brasil.As pessoas que fazem parte desta história compartilham memórias e análises sobre diversos temas em relação à defesa de direitos e à construção de justiça social no Brasil.

VINHETA DE ABERTURA

Ricardo Rezende Figueira: Eu fui para o sul do Pará trabalhar no Movimento de Educação de Base, que era a educação formal de camponeses e de pessoas de periferia. Mas como eu comecei conhecendo casos terríveis de conflitos fundiários, com muito assassinato, derrubada de casas, queimadas de benfeitorias, ações de pistoleiros e policiais e também tive acesso a muitas informações sobre trabalho escravo, eu acabei saindo do Movimento de Educação de Base, do MEB, e me dedicando mais à educação informal através da Comissão Pastoral da Terra.

Isolete Wichienieski: O que está dentro da missão da CPT, que é tornar esses povos protagonistas e fazer com que eles movimentem essas lutas, eles que são aqueles que desenvolvem essa realidade onde eles vivem e eles definem aquilo que eles querem construir

Música

Dani: Isolete Wichinieski, da Comissão Pastoral da Terra e Ricardo Rezende Figueira, professor da UFRJ e conselheiro da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos são os entrevistados do quinto episódio do podcast Direitos Humanos no Brasil

Música

Dani: Isolete Wichinieski faz parte da Comissão Pastoral da Terra há 20 anos e é articuladora da Campanha em Defesa do Cerrado. Isolete, você pode comentar de maneira geral, os diferentes aspectos da luta pela terra?

Isolete: Nesse período que a CPT atua, dos seus 50 anos, que nós estamos completando agora em 2025, passamos por vários processos que estão ligados à questão da luta dos povos do campo, das águas e das florestas e dos trabalhadores rurais assalariados.

Nascemos dentro dessa concepção de que os posseiros era importante ter a sua terra garantida na Amazônia, então trazendo muito Por D. Pedro Casaldáliga e, em seguida espalhada por todo o Brasil, porque não era só uma questão da Amazônia. Essa realidade

também é diversa porque cada região do Brasil tem a sua especificidade, que isso também impulsiona determinadas lutas locais..

Música

Isolete: Depois veio a luta mais intensa pela terra, articulando esses movimentos de luta pela terra e também depois, foram nascendo outros movimentos, como o Movimento dos Pequenos Agricultores, dos atingidos por barragens, o MAB na década de 70, o MST. A CPT também foi uma das pioneiras na defesa da questão dos assalariados rurais, da questão de organizar os trabalhadores para disputar os sindicatos. Então isso também foi uma luta mais da década de 80. Também tem o surgimento da luta das mulheres, com o movimento Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, que a CPT ajudou a construir, hoje é o Movimento de Mulheres Camponesas e que vem desse trabalho que já está completando 40 anos de fundação também.

Dani: Você também nomeou vários movimentos de luta pela terra que foram surgindo a partir da CPT

Isolete: Se a gente pegar as milhares de famílias que foram assentadas nesse período, quantas famílias hoje estão produzindo nas suas terras, a produção de alimentos saudáveis por essas comunidades que também foram avançando e passando de um modelo de agricultura convencional para uma agricultura agroecológica. A questão da educação do campo, que foi uma luta histórica dos movimentos sociais. E hoje nós temos uma secretaria dentro do MEC exatamente para trabalhar e discutir essas questões, educação indígena educação quilombola. Então, quando a gente fala da CPT, a gente fala também desses movimentos que foram surgindo o MAB, o MST, o MPA, o Movimento de Mulheres Camponesas

Música

Isolete: Diferenciações existem nesse processo, mas algumas questões ainda são as mesmas da década de 70. Se na década de 70 nós tínhamos os posseiros e já a denúncia do trabalho escravo que a gente olha na carta de Dom Pedro lá da década de 70, hoje o trabalho escravo continua. A regularização fundiária ainda é uma pauta, a reforma agrária continua sendo pauta, a permanência das comunidades nos seus territórios, a diversificação na agricultura familiar também é a pauta que continua.

Música

Dani: Qual a importância da campanha em defesa do Cerrado num contexto de crise climática?

Isolete: É fundamental, porque nós estamos falando do berço das águas do Brasil. A água é um bem fundamental das comunidades e de todos nós, no campo, na cidade, todo mundo depende da água. E o Cerrado preservado, o cerrado em pé, significa que a gente vai ter água. Existe uma interdependência entre os biomas, desde a Amazônia, o cerrado, a Caatinga mas o cerrado está no centro do Brasil, ele faz essa interconexão entre os biomas, é um ecossistema incrível, com uma biodiversidade enorme, além da questão] da água, 5% da biodiversidade do mundo está aqui no Cerrado.

Então, defender o Cerrado significa defender esse ambiente, significa defender a soberania do nosso país, Defender o Cerrado é defender a vida das pessoas, é defender a vida das comunidades tradicionais que são guardiões dessa biodiversidade, guardiões da semente, guardiões da água, guardiões da floresta, guardiões da terra, do solo, que é sagrado para essas comunidades e para nós também.

Dani: Você falou da importância da defesa do cerrado relacionado à biodiversidade e às pessoas que habitam às comunidades. Como é que estão sendo os ataques?

Isolete: Dados dizem que é menos de 50%, mas acredito que já mais de 50% do Cerrado já foi devastado, desmatado,mas também as condições da água, condições da vegetação do solo. Com isso chega também a questão do [agrotóxico que polui e a expulsão das famílias também desses es paços, porque a soja cada vez quer se expandir mais. A produção de milho e algodão também que fazem parte desse contexto. O eucalipto na região norte de Minas que muito forte Aqui no Mato Grosso do Sul também. A mudança do próprio ambiente com a pecuária, a pecuária intensiva é um dos principais fatores que degradam o ambiente do Cerrado.E também nós temos a mineração. Então, todo esse movimento que está impactando.Está impactando também a destruição do bioma, mas também a vida das comunidades que são expulsas para as áreas urbanas.

Música

Dani: A violência no campo é documentada pela CPT desde 1985, com o caderno Conflitos no Campo. Qual é o cenário atual?

Isolete: Nos últimos dois anos nós temos a redução do número de mortos, isso é importante destacar, mas a violência continua. Então, você tem a violência física, você tem a violência psicológica e do próprio ambiente. Há alguns anos atrás a CPT não registrava conflitos por agrotóxicos, se a gente for pegar os dados do ano passado, os dados parciais, eles apontam um número significativo nos conflitos por agrotóxicos.

Dani: Quando você fala conflitos por agrotóxicos...

Isolete: É que as comunidades estão sendo impactadas pelos agrotóxicos. Seja na questão da saúde, das suas roças ou da contaminação das águas. Os incêndios criminosos que chegaram também são conflitos que a CPT está registrando, a mineração também.

Dani: De que forma a CPT atua no combate ao trabalho escravo?

Isolete: Então, nós temos uma campanha nacional que não é específica da CPT, tem outras organizações que participam, que se chama Escravo Nem Pensar. Então, essa campanha é muito importante, porque além da denúncia desse trabalho, se faz o trabalho de base junto às comunidades, que são promessas que se fazem e as pessoas muitas vezes acreditam nessas promessas né? Então, a CPT faz esse processo, tanto de recolher denúncias de trabalhadores que estão nessa situação de condições de escravizados e também de trabalhar junto ao Ministério de Direitos Humanos no Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. A CPT também foi uma das protagonistas nesse processo de construção E também nesse sentido do acolhimento aos trabalhadores que são resgatados. Muitas vezes a CPT tem que acolher, tem

que acompanhar esses trabalhadores. Então a CPT também tem o apoio e a assessoria jurídica para esses trabalhadores.

Música

Dani: Você está ouvindo Direitos Humanos no Brasil, um podcast em comemoração aos 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A 25ª edição do livro Direitos Humanos no Brasil já está disponível e pode ser lida e baixada em www.social.org.br.

Música

Dani: Padre Ricardo Rezende Figueira é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e conselheiro da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Ricardo, em 1977, você passou a atuar na Diocese de Conceição do Araguaia, no Pará.

Ricardo: Eu fui para o sul do Pará trabalhar no movimento de educação de base, que era a educação formal de camponeses e de pessoas de periferia. Mas como eu comecei recebendo e conhecendo casos terríveis de conflitos fundiários, com muito assassinato, derrubada de casas, queimadas de benfeitorias, ações de pistoleiros e policiais e também tive acesso a muitas informações sobre trabalho escravo, eu acabei saindo do Movimento de Educação de Base, do MEB, e me dedicando mais à educação informal através da Comissão Pastoral da Terra.

Dani: Naquela época, o sul do Pará era o epicentro da violência contra camponeses e também de casos de trabalho escravo. Você pode contar um pouco sobre a sua atuação em apoio aos movimentos sociais pelo direito à terra?

Ricardo: Criei e organizei um escritório da Comissão Pastoral da Terra na cidade de Conceição do Araguaia. Aos poucos, descobri algumas coisas que me surpreenderam muito. Primeiro, quem estava atrás dos crimes, eram grandes empreendimentos de capital financeiro e industrial. Essas empresas tinham ido para o Pará e para a Amazônia, com financiamento do Governo Federal. Havia a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Sudam que liberava recursos através de dedução de impostos das empresas e também com empréstimos de taxa de juros negativos. As mesmas empresas que estavam concentrando as terras estavam desrespeitando as leis trabalhistas, as leis ambientais e cometendo o crime daquilo que cada vez mais foi reconhecido como escravidão por dívida.

Música

Ricardo: A gente recebia os trabalhadores, pegava um depoimento, o trabalhador assinava, e a gente providenciava a saída imediata do trabalhador do município para que ele não fosse capturado e morto ou levado de novo para a fazenda. Não podíamos contar com a polícia, não podíamos contar com o judiciário com o Ministério Público nem com o Poder Executivo. A gente estava isolado.

Música

Ricardo: Aquele lugar onde eu estava tinha sido o palco da Guerrilha do Araguaia, que tinha terminado em 1974. Eu fui trabalhar lá em 77. Então, apesar de ter terminado a guerrilha em 74, o ambiente ainda era de muita repressão. Então foi um período muito difícil, com muitas mortes.

Música

Ricardo: A razão do conflito fundiário era o fato de que ali tinham os grandes projetos, ali o governo jogava muito dinheiro. Mais da metade de todos os recursos para toda a Amazônia era lançado naqueles dois municípios da Diocese de Conceição do Araguaia, que era Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia..A Amazônia é mais do que 50% do território brasileiro. E dois municípios, que tem uma área de 45 mil km², recebia mais da metade de toda a liberação de dinheiro do governo.

Música

Dani: Em 1996, você chega ao Rio de Janeiro pra fazer mestrado e trazer a sua pesquisa sobre trabalho escravo pra universidade. Qual que é o papel da universidade na documentação desses crimes?

Ricardo: Acho que foi importante trazer a discussão para os estudantes porque os estudantes poderão como profissionais também agirem.E hoje já tem doutores, mestres, mestrandos e doutorandos do Serviço Social estudando o assunto. Não tinha ninguém.

Se você não tem o rosto da vítima, se você não sabe onde ela se encontra, o que ela pensa, qual o seu sonho, qual o seu medo, se você não a compreende, a política pública pode ser deficitária.

O resultado das nossas pesquisas também pode interferir na política pública. Por exemplo, em sentenças ou decisões judiciais na primeira instância e até no Supremo Tribunal Federal, os magistrados têm usado na justificativa de suas sentenças, artigos que nós publicamos

Dani: No seu artigo para o livro Direitos Humanos no Brasil 2024, você faz um balanço do combate ao trabalho escravo. Como que você avalia os principais avanços e desafios para a erradicação do trabalho escravo no Brasil?

Ricardo: Os avanços estão na linha mais curativa, por exemplo, as fiscalizações são muito importantes. Na linha curativa também são muito importantes as ações cíveis, movidas contra os criminosos, os termos de ajuste de conduta que obrigam os empregadores que cometeram crime de reparar o crime em ação por dano moral individual e por dano moral coletivo. Dano moral individual porque aquela pessoa sofreu E o dano moral coletivo é uma ofensa ao país. Também outra ação muito importante é a chamada lista suja, que é o cadastro dos empregadores envolvidos com o crime, que expõe os empresários a uma situação constrangedora de ter a lista de seus nomes publicados no site do Governo do Ministério do Trabalho e do Emprego. Além disso, alguns estados criaram leis que dificultam a vida destes empregadores. Por exemplo, São Paulo, a empresa que estiver nessa lista não pode participar de licitação pública.

Música

Ricardo: A escravidão pode estar perto ou longe dos meus olhos. No prédio que eu moro, porque pode ter uma empregada doméstica em situação de escravidão no prédio, pode estar no comércio onde eu faço compra de pastel. E é muito complicado também porque exigiria medidas estruturais, por exemplo reforma agrária, de geração de empregos, de distribuição de renda, exigiria mudar a cara do país, mudar a economia do país.

Música

Dani: Você continua a apoiar os movimentos no sul do Pará e participou também da criação de entidades de apoio como o Movimento Humanos por Direitos, o MHuD, formado majoritariamente por artistas. De que forma que esse movimento atua em solidariedade às comunidades rurais?

Ricardo: O Movimento Humanos por Direitos, participa de audiências públicas, participa de campanhas nacionais pela eliminação do trabalho escravo, contra a violência no campo, contra o fim da impunidade e fez muitas vinhetas que foram utilizadas inclusive em rede nacional de TV importante no país. Em diversos julgamentos eles tiveram presentes. Eles visitaram muitas cidades, deram muitas entrevistas e visitaram também muitas cidades onde tinha pessoas ameaçadas de morte e andaram nas ruas com os ameaçados. Possivelmente muita gente não morreu em função desses gestos de uma Camila Pitanga, de uma Dira Paes, de uma Letícia Sabatella, do Wagner Moura. Marcos Winter, Bete Mendes, Cristina Pereira, diversos atores e atrizes, nessa presença deles, entre as pessoas ameaçadas, infundiram esperança.

Música

Dani: Neste quinto episódio de Direitos Humanos no Brasil conversamos com Isolete Wichinieski, da Comissão Pastoral da Terra e Ricardo Rezende Figueira, professor da UFRJ e conselheiro da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos sobre as diferentes formas de violências cometidas contra populações do campo, mas também as resistências e avanços dos movimentos sociais nos 50 anos de história da CPT.

Música

Dani: O podcast Direitos Humanos no Brasil é apresentado e produzido por Dani:ela Stefano. Música e mixagem de áudio: Luiz Mendonça | Narração da abertura e encerramento: Sergio Marone (Movimento Humanos por Direitos). | Arte: Fábio Carvalho |Mídias sociais: Ana Rosa Carrara |Coordenação: Maria Luisa Mendonça
Um abraço solidário e até o próximo episódio.

Vinheta de encerramento